



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 01/2014

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	10
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	21
- ENCERRAMENTO.....	21

ACTA N.º 01/2014

ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Plano de Pormenor da UOPG 5 – Medidas Preventivas – Prorrogação do Prazo;
- 2.3 - Nomeação de um Representante da Assembleia Municipal para a comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal da Covilhã;
- 2.4 - COVIBUS – Acordo Compensatório;
- 2.5 - Contrato de Delegação de Competências – Junta de Freguesia de Dominguiso;
- 2.6 - Acordos de Execução com as Freguesias;
- 2.7 - Adesão à Rede de Judiarias de Portugal;
- 2.8 - Adesão à ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela - Sul.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha e Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, José Augusto Martins Santos, Arqt.º João José Augusto Quelh Gaspar, Dr. Eduardo Manuel Esteves Melfe, Victor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manue Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dr. João José de Jesus Lopes Bemardo, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Fregu a: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Fernandes dos Santos Melo (Boidobra), David José Reis Bizarro (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço elhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo). -----

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, antes de dar início aos Trabalhos, convidou a Senhora Dra. Graça Castelo Branco para fazer parte da Mesa, por ausência, justificada, do Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis. -----

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 01-A/2013 E N.º 03-A/2013
DE 20 DE OUTUBRO E 20 DE DEZEMBRO**

--- Submetidas as actas, previamente enviadas a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocadas à votação, foram as mesmas *aprovadas por maioria com 40 votos a favor e 2 abstenções* (na Acta n.º 01-A abstiveram-se: a Senhora Dra. Mónica Ramôa e o Senhor Fernando Melo e na n.º 03-A o Senhor Fernando Melo e o Senhor Enf.º Augusto Macedo). -----

EXPEDIENTE

- Ofício da Associação 25 de Abril a manifestar disponibilidade para colaborar na realização do 25 de Abril e a informar que lançou a iniciativa “Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro” aberta a todas as Instituições e Cidadãos;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a intervenção, proferida na Assembleia da República, referente às alterações à Concessão dos CTT;
- E-mail do Movimento – Itinerários Serra da Estrela a dar conhecimento do e-mail que enviou ao Senhor Primeiro-Ministro “Em defesa dos itinerários da Serra da Estrela (IC6, IC7 e IC37) ”;

- E-mail do Movimento – Itinerários Serra da Estrela a dar conhecimento que o Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares encaminhou o assunto “Em defesa dos itinerários da Serra da Estrela (IC6, IC7 e IC37) ” para os Gabinetes do Ministro da Economia e do Secretário de Estado das Infra-Estruturas, Transportes e Comunicações;
- Ofício n.º 371 da Câmara Municipal de Elvas a remeter a “Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos” que aprovou por unanimidade e a solicitar a sua aprovação por todos os Órgãos Autárquicos do País”;
- E-mail do Movimento – Itinerários Serra da Estrela a solicitar apoio monetário, para a colocação de pendões a reivindicar os IC’s da Serra da Estrela;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o “Projecto de Resolução n.º 947/XII-3.ª” que entregou na Assembleia da República;
- Ofício n.º 60 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco a remeter o Relatório Anual de Actividades de 2013;
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter a pergunta que dirigiu ao Ministério das Finanças, sobre o encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Castelo Branco;
- Ofício SAO-0853 da Câmara Municipal da Covilhã a dar conhecimento que deliberou, por unanimidade, aderir à UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à apreciação a votação da “Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos”, proposta pela Câmara Municipal de Elvas. Tendo todos, os Senhores Deputados Municipais, concordado. -----

--- Colocada à votação a “*Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos*” foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma intervenção política para clarificar a posição do PSD “que nada teve a ver com a gestão do Município, a partir de Dezembro de 2005” (*doc.01*). -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares apresentou uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “para que possam ser encontradas soluções que travem esta sangria empresarial” (*doc.02*). -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo fez uma intervenção dizendo: ” Vivemos uma época de grandes provações, em que as conjunturas locais, nacionais e, mesmo internacionais diariamente, nos colocam obstáculos, entraves, dificuldades” (*doc.03*) -----

--- O Senhor Dr. Eduardo Melfe propôs um Voto de Louvor ao Centro Hospitalar da Cova da Beira (*doc.04*) ao qual o Senhor Dr. João Bernardo disse associar-se. -----

--- Colocado o Voto de Louvor à votação foi o mesmo *aprovado por unanimidade*. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma declaração política (*doc.05*). -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Nós tivemos no decurso dos últimos minutos uma espécie de tentativa de análise daqueles que foram os primeiros dias da Câmara envolta, simultaneamente, numa linguagem de tonalidade moral. Aliás, houve um Senhor Deputado do Movimento Acreditar na Covilhã que falou e ignorantes, de forma genérica, e homens de bem. Houve outro Senhor Deputado que invocou a degradação e que falou de assassinato de carácter. Logo a seguir, na sequência destas duas intervenções que pautaram a crítica a quem é ignorante e a quem não é homem de bem, escutámos frases como sejam: a meia dúzia de sectários da plebe socialista (eu quero agradecer os avisos da auto proclamada aristocracia do MAC); vi referido uma convocatória efectuada pela Câmara como um acto frustrado para caluniar; vi utilizar a palavra mentiroso, mais facilmente se apanha um mentiroso do que um coxo; ouvi metáforas relacionadas com comadres e com Kamikazes. Considerando a forma como os Senhores Deputados do MAC enquadraram a sua intervenção creio que está tudo dito.

Um dos Senhores Deputados invocou, nomeadamente, blogues e redes sociais. Aliás, a propósito, o Coordenador do Grupo Parlamentar do PS foi confrontado com a publicação abusiva do e-mail que era dirigido a um conjunto de pessoas, entre os quais ele próprio. Da análise da informação enviada não há nada que não possa vir a ser esclarecido, ou pelo Presidente da Câmara, ou pelo emissor do e-mail, pelo que não me compete falar sobre isso. Eu, como parlamentar e como cidadão, considero grave ver o meu nome em qualquer documentação que tenha dado entrada na minha caixa de correio e que seja publicada, abusivamente, numa folha que ainda por cima me dirige posts, os posts que publica, para o meu e-mail privado sem que alguma vez me pedisse o endereço.

Eu proponho à Câmara que realize uma auditoria informática no sentido de evitar situações deste género e repor a dignidade da vida pública.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma declaração política (*doc.06*). -----

--- A Senhora D. Joana Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) referiu a urgência da realização de várias obras na sua Freguesia (*doc.07*). -----

--- O Senhor Dr. David Silva (Tortosendo): “sendo esta a primeira Sessão após o desaparecimento de uma Amiga desta Casa da Democracia que foi Isilda Barata, venho aqui propor um Voto de Pesar e um minuto de silêncio porque perdemos uma Grande Mulher ao serviço da Democracia”. -----

--- Colocado o Voto de Pesar à votação foi o mesmo *aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio, em memória da Senhora D. Isilda da Silva Barata.* -

De seguida, o Senhor Dr. David Silva referiu a falta de um pavilhão, adequado à prática desportiva, na Escola EB 2/3 do Tortosendo (*doc.08*). -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel usou da palavra para tratar de assuntos de interesse Municipal (*doc.09*). -----

--- O Senhor Francisco Moreira reconheceu a acção de combate desenvolvida pela CDU, relativamente à questão da água e perguntou “qual é a proposta que a CDU tem para a resolução do problema concreto da Covilhã, que por um lado está a possibilidade da indemnização de muitos milhões ao privado e por outro lado temos um contrato leonino, como ultrapassar esta situação? Gostava de saber qual a proposta que a CDU tem relativamente a esta matéria”. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel disse: “A proposta do PCP é muito simples, em primeiro lugar analisa-se, o próprio Tribunal de Contas não se debruça sobre da Covilhã mas analisa. E, segundo as palavras deste Executivo Camarário, do actual, de facto (e nós já dizíamos isto há muito tempo e, portanto concordamos nesta matéria, ou seja, mais de metade desta Assembleia concorda nesta matéria) que este é um negócio lesivo para as Populações; é um negócio que, nós já temos verificado, aumentou o preço da água, que aumentou o preço da factura da água, dos resíduos etc.; é um negócio que reverte para o privado, nada de risco, tudo de lucro e portanto é um negócio ruinoso para aquilo que são os interesses dos Covilhanenses e para o Município da Covilhã. E aquilo que nós propomos é o seguinte: é que a Câmara Municipal, este comece a envidar todos os esforços ao seu alcance para reverter esta situação, para reverter este contrato e que novamente o capital, a maioria, a grande maioria, a totalidade do capital passe para onde nunca devia ter saído, que é para as mãos dos Covilhanenses, sem pressas, sem euforias, com sentido de responsabilidade, fazendo as coisas que têm que ser feitas, assumindo as responsabilidades, falando nos Órgãos Municipais, com a População do Concelho. Aliás, eu recordo aquilo que o Senhor Carlos Pinto, anterior ente da Câmara Municipal, dizia a propósito disto e da acção do PCP, é que o PCP dizia ele, nessa tal Assembleia Municipal, tinha observado do PCP três vertentes: uma que era o posicionamento da negociata; e depois tiveram uma segunda fase que é a SOMAGUE (e, de facto, o Senhor Presidente da Câmara Vítor Pereira agora dizia... elencou uma data de concursos que a SOMAGUE ganhou no Concelho da Covilhã, portanto o PCP também tinha razão) e a terceira é o apelo às massas. E, portanto, que esse fazia sentido com o abaixo-assinado, que um grupo de Cidadãos desenvolveu e que, neste momento, esta Câmara Municipal precisa, porque se os Covilhanenses derem o aval para isto esta Câmara pode avançar, custe um bocadinho mais, custe um bocadinho menos, mas a longo prazo certamente irá ganhar.” -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes: “dado este esclarecimento, por parte da Câmara Municipal, e que mostra dar ao conhecimento dos Portugueses as envolventes deste negócio que foi feito (como o Deputado Marco Gabriel disse) em 2006. É, ou não, verdade que, quer o PS, quer o PCP, eventualmente até o Bloco de Esquerda, ao longo destes anos, consecutivamente, perguntou ao Executivo anterior quais é que eram os contornos deste contrato, quais é que eram as obrigações da Câmara Municipal e quais é que eram as obrigações, também, perante o Parceiro Privado? E, esses pedidos de esclarecimento foram ou não esclarecidos pelo Executivo anterior e acha que é positivo este Executivo ter

trazido esta clarividência ao espaço público, à opinião pública e aos Municípes da Covilhã?” -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel: “efectivamente, nessa altura a votação foi 43 votos a favor e 12 votos contra PS, CDU e Bloco de Esquerda. Mas, de facto, foram perguntadas, ao longo destes anos, muitas vezes pelos contratos, pelas regalias do parceiro privado, etc. Muitas vezes o Deputado José Miguel Oliveira trouxe, a esta Assembleia, comparativos, explanações. Portanto, é importante isto que o Município agora está a fazer, ressaltando o não ter vindo aos Órgãos inicialmente, o esclarecimento das Populações, o esclarecimento dos Covilhanenses sobre esta matéria.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- Associar-se ao Voto de Pesar em memória da Senhora D. Isilda Barata e deu conhecimento da pretensão da Câmara Municipal em lhe prestar uma homenagem a título póstumo;

- Associar-se também ao Voto de Louvor ao Centro Hospitalar da Cova da Beira;

- Estrada Nacional 512 é uma prioridade, mas nesta altura devido à invernada não é possível qualquer intervenção, do ponto de vista técnico, correcta. Porque as condições climáticas o impedem;

- Que é primeiro a lamentar que a PC Medic se tenha ido embora e disse: Esta Empresa contactou o Executivo Camarário, no final do ano transacto, dizendo que queria expandir a sua actividade, queria criar mais postos de trabalho, que o sítio onde estava não era propício a essa prossecução da actividade, que precisavam de um espaço mais amplo, entre 1500 a 2000m², que precisavam desse espaço o mais depressa possível e em condições, tanto quanto possível, menos onerosas. Foram feitos levantamentos dos espaços disponíveis, foram apresentados a esta Empresa diversos espaços, que não satisfizeram as pretensões do ponto de vista técnico, stico, operacional e também do ponto de vista financeiro e económico que pretendiam. Não houve aqui uma convergência, não houve um ponto de encontro. E, contra a vontade dos responsáveis da Empresa, nada se pode fazer. Não foi por falta de empenho, não foi por falta de vontade. A vontade desta Empresa foi no sentido de encontrar aquele espaço, que encontrou nas antigas instalações da Toyota junto ao Alambique, um espaço amplo, bem localizado, com muitos acessos. Enfim, é o que temos. E, portanto, não vamos aqui carpir mágoas. Lamentar, não se pode deixar de lamentar uma Empresa que deixa o nosso Concelho. Não vamos dizer que isso é um factor positivo, obviamente não é. Os factos são exactamente estes;

- Sessão de Esclarecimento (Águas da Covilhã e Parque C) pensava eu que a maior parte dos Senhores Deputados Municipais se vinham associar a esta defesa dos interesses dos Covilhanenses, ao abaixamento da água, à prestação de melhores serviços. Mas não, temos aqui, é um passa culpas.

Nós podemos aqui afirmar Senhoras e Senhores Deputados Municipais as nossas diferenças, com contundência, com assertividade, com determinação, mas não temos o direito de insultar os nossos adversários políticos. Uma coisa é, de facto, afirmarmos a nossa posição, sermos firmes, sermos determinados, ser contudentes e outra coisa é insultar os outros. Não é preciso insultar os outros nem fazer julgamentos de carácter, ninguém faz julgamentos de carácter aqui a ninguém.

Aliás, e voltando à questão da sessão de esclarecimento, quem tiver honestidade intelectual e olhar para os slides daquele PowerPoint, relatam apenas factos, são factos. Ninguém pode dizer que há ali subjectividade, são única e exclusivamente factos. Eu pensava que os Senhores Deputados Municipais do Movimento Acreditar vinham aqui lamentar o preço da água, associar-se à defesa que o Presidente da Câmara e o Executivo está a fazer dos interesses dos Covilhanenses, mas não. Vêm, aqui é, para além de insultar, lançar o anátema de que rasgámos o acordo, que tratámos mal, vamos pagar uma fortuna, vamos pagar 90 milhões de euros (parece que foi isso que ouvi) ou coisa que o valha, vejam bem, vejam bem o anátema que querem lançar sobre nós.

Quem não deve não teme. E nós não devemos, não tememos.

E nós estamos aqui para, intransigentemente, defender os interesses dos Covilhanenses, custe o que custar. Obviamente que privilegiamos o acordo, o consenso, mas isso não significa que não assumamos as posições que devemos assumir. Não há nenhuma contradição quando dizemos 49% são 49% e 51% são 51% e que o que na prática existia até aqui era que era tudo igual. O que nós quisemos e o fiz em representação da ICOVI, que é a detentora dos 51% na Águas da Covilhã, foi o prevalecer a posição que reflecte aquilo que nos Estatutos está consignado, são 51% e 51% dá-nos maioria e exercemos os direitos inerentes à maioria. Obviamente que antes disso tentei, porque o pacto social diz que deve haver uma tentativa prévia de entendimento, tentei que a AGS assumisse a Presidência, aliás a Mesa da Assembleia Geral, o Senhor Engenheiro que representou a AGS-HIDURBE, nessa reunião, não aceitou e portanto fomos a votos. Isto é a democracia a funcionar aqui, é a representação do capital social, fomos a votos, 51% 51% e exercemo-lo. Mas lá está 51% dos Estatutos, porque se fosse os 51% do acordo parassocial... Aliás reparem nisto, isto é uma coisa que me choca profundamente, das primeiras coisas que se aprendem em Direito societário é que os pactos parassociais se consomem, se realizam para que as minorias deixem de o ser e tentem construir uma maioria, isto dentro da correlação de forças das vidas societárias. Então não é que nós tendo maioria, nós tendo 51% nos vamos associar com a minoria, para quê? Por alma de quem? Com que sentido? Com que finalidade? Com que objectivo?

Aquilo que deve nortear a vida de uma Empresa Municipal é a defesa do interesse público. Estive reunido com representantes da AGS em Lisboa no sentido de tentarmos consensualizar esta situação, mais uma vez reiterarei todo o argumentário que temos, do ponto de vista técnico, do ponto de vista factual relativamente a esta questão e estamos à mesa das negociações, ninguém rompeu acordo nenhum. Exercemos um direito pontualmente, está exercido, ninguém rasgou nenhum acordo. O acordo está lá, tem cláusulas nulas, ilegais, imorais, ilícitas? Tem isso tem. Mas isso há outras sedes para resolver essa problemática.

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: "eu julgo que esta casa é uma casa onde se faz o debate político e não se fazem os julgamentos de carácter. O Senhor Presidente sabe que eu, enquanto Cidadão Vítor Pereira, tenho por si o maior apreço e consideração e isso não é questionável até porque o nosso relacionamento já tem algum tempo. Quanto ao facto de me vir aqui chamar ventríloquo, quanto ao facto de vir aqui fazer julgamentos de carácter, este não é o lugar para isso Senhor Presidente. Estamos aqui a debater questões.

O Senhor respondeu à Senhora Presidente da Junta que o problema daquela estrada tem a ver com rails e tem a ver com o pavimento que a anterior Câmara que era má e tal e não fez. Agora o tempo... quer dizer: se não é a anterior Câmara, é o tempo.

- O Senhor Dr. Paulo Tourais disse: “gostaria de ouvir, caso o Senhor Presidente da Câmara autorize, o Dr. Pedro Farromba director do PARKURBIS sobre a questão que o Senhor Presidente aqui levantou de que haveria empresas que já estavam a sair do PARKURBIS e eu gostava, se fosse possível, que ele nos respondesse a isto”.

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Qual é a posição dos críticos à actividade da Câmara, neste caso das águas, qual é a posição que têm sobre o acordo parassocia Gostam dele? É o acordo parassocial em que se revêem? uma obra da qual sintam orgulho? É um documento que gostariam de assinar?

Isto, naturalmente, é essencial para nós sabermos com quem estamos a lidar. Estamos a lidar com pessoas preocupadas com o futuro, ou pessoas que estão a defender o passado? Esta questão não pode deixar de ser respondida aqui!” -----

- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que foi feito muito pouco “para quem tem um programa eleitoral a cumprir e quatros anos para o executar”.

De seguida diversas questões, nomeadamente Habitação Social; IC6; Linha Ferroviária Guarda-Covilhã-Castelo Branco; saída de Empresas; Amianto nas Escolas; Piscina Municipal (*doc.10*). -----

- O Senhor Francisco Moreira apelou para que haja contenção e perguntou qual a solução prevista para a Estrada Ponte Pedrinha – Peraboa e para o Quartel da GNR Penas da Saúde. -----

- O Senhor Dr. João Bernardo perguntou porque é que antes da tomada de decisão sobre os órgãos de gestão e de administração da ADC, não foram consultados a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal; porque é que depois de tomada a decisão a mesma não foi comunicada aos Órgãos Eleitos e foi feita uma sessão pública de esclarecimento

“Há bocado tive oportunidade de o ouvir, relativamente às questões de direito comercial que existem nas sociedades, as sociedades comerciais não se regem por regras democráticas, como nós sabemos, regem-se por regras de proporção de capital! E eu, de facto, não consigo perceber como é que uma sociedade que tem 51% de um lado e 49% do outro, a parte que tem 49% não consegue nomear pelo menos um administrador para a administração. Confesso que tenho as minhas reservas e confesso que preocupa, e pergunto-lhe, se, de facto, essa é a solução de consenso que procurou com o parceiro privado?

Em vez de constatar a existência de ilegalidades num pacto social que foi celebrado não sei quando, confesso, seja o parassocial ou o social, essas ilegalidades ou havendo a opinião da sua existência, pergunto-lhe se a atitude mais razoável, em vez de convocar o povo para uma sessão de esclarecimento - onde, e peço desculpa, mas vi a longa apresentação que fez sobre vários assuntos e de facto o que aí vi foram dúvidas lançadas para o ar, os poucos factos e uma preocupante ausência de proposta e de resposta pelo órgão que tem a capacidade para decidir é a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara. Não havia lá nenhuma proposta para se fazer, aquilo que se fez foi um repto á cidadania para dizer: Dêem-nos lá soluções porque nós não as temos. Isto foi o que constou dos seus slides e aquilo que constou da sua apresentação e pergunto-lhe se em vez de convocar essa *assembleia popular* porque razão é que não actuou de

forma legal sobre essa matéria ou já foi intentada alguma acção para anulação desse acordo parassocial? Nós também não sabemos...

Nós temos uma questão muito simples, o que está no passado - e a minha intervenção foi nesse sentido - nós temos que olhar o passado, nós temos que receber o passado como bons herdeiros que somos, quando queremos sê-lo, de uma herança que, infelizmente, boa ou má, temos que assumir aquilo que existe é aquilo com que nós temos que lidar. Aquilo que não podemos fazer é apenas dizer que o falecido ou anterior fez mal... Aquilo que temos que fazer é corrigir aquilo que está mal. Se há casos de polícia e se há dúvidas lançadas para o ar, eu penso que existem os meios próprios para o efeito, e pergunto-lhe se já fez alguma queixa-crime sobre esse aspecto ou não? Porque é isso que deve ser feito! Se existem essas situações é denunciá-las e actuar em conformidade.

Não há aqui fantasmas do passado, mas há uma coisa que esta Câmara tem que fazer, e pergunto-lhe se está disposto a fazê-la, que é assumir, efectivamente, os erros do passado que existem e se existem têm que ser corrigido ! Assumi-los e corrigi-los. E o que é já foi feito para os corrigir? Porque aquilo que eu vi até agora, e confesso-lhe que da sua apresentação naquela sessão pública, foi o desespero de não saber o que é que vão fazer, foi dizer à população - mandem-nos lá mails para dizer o que é que havemos de fazer - o que é preocupante, e sem colocar a questão à Assembleia e sem colocar a questão à Câmara Municipal!" -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel perguntou: qual a sua posição para o futuro? Defende, não, o acordo parassocial? Defende ou não a remunicipa o da ADC - Águas da Covilhã? -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo exerceu o direito de resposta e disse: O interesse do Movimento Acreditar Covilhã, como movimento independente que é, é o interesse dos Cidadãos da Covilhã e obviamente é ter água mais barata, com condições melhores de infra-estruturas e tudo mais. O que não podemos é sairmos de um buraco mo-nos noutra. Nós pela nossa parte entendemos que o acordo existe e tinha pernas para andar, obviamente com algumas limitações. Acho que faz parte dos deveres da Câmara exigir contrapartidas aos privados. Se entraram que exijam contrapartidas aos privados.

A solução que nós temos, efectivamente, era respeitar o parceiro privado, era colaborar com o parceiro privado, era assumir aquilo que existe levar um projecto a bom porto, não é excluí-lo. E aquilo que foi feito, foi excluí-lo e depois pedir ao Povo: olhe, venham cá a ver se estão de acordo com isto. Isto é que está mal, Senhor Deputado." -----

--- O Senhor Francisco Moreira: "Do nosso ponto de vista qualquer solução que venha a ser encontrada, com ou sem privados, deve ficar claro o Município da Covilhã fica maioritário neste processo, seja em que situação for, para podermos caminhar de forma livre, para a possibilidade da redução do valor da factura da água que assola os Covilhanenses. Esta é a nossa posição muito clara. Iremos estar na linha da frente da barricada a defender esta nossa posição." -----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel referiu-se ao PRODER e perguntou "o que foi feito a esse dinheiro que a Câmara Municipal da Covilhã agora tem que devolver e ainda não veio a lume as contas do PARKURBIS". -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou/ respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- Não vamos confundir o dinheiro existente com o dinheiro disponível, se eu só posso dispor de mil e quinhentos euros, vou dizer que tenho o quê? Muitos e fundos? Uma coisa é existir nas contas bancárias, da Câmara Municipal da Covilhã, um milhão de euros e outra coisa e podemos utilizá-lo;

- PRODER - não há nenhuma contradição no que eu disse. Eu disse que era para electrificação de caminhos rurais. As notificações já trazem a entidade, a referência e o valor para pagar no prazo de 30 dias, somado são 714 mil euros. E eu volto a perguntar onde é que foi gasto este dinheiro? Este dinheiro não estava em caixa. É mais uma surpresa das muitas, diárias, com que somos confrontados. Isto tem que ser dito e não me vão inibir de dizer aquilo com que me vou confrontando. Havemos de averiguar, vamos ver se há algum rasto deste dinheiro.

- Quanto à Barragem - não estamos em condições de consignar esta obra, pelo facto de terem sido desbloqueadas as questões judiciais, nós esbarramos, infelizmente, nas questões de natureza ambiental, existem obstáculos de natureza ambiental que evitam que nós possamos dar continuidade. Ainda assim, não obstante as dificuldades com que nos estamos a deparar, estamos a lutar com todas as forças em todas as frentes e como diz o Povo até ao lavar dos cestos é vindima;

- Em cinco anos a Águas da Covilhã tem um passivo de 22 milhões de euros, nos nossos 51% são cerca de 11 milhões de euros mais qualquer coisa que cabe à Câmara Municipal, ou seja é mais uma verba, é mais uma quantia que vai acrescer à dívida, ao passivo do Município;

- A sessão pública destinou-se a esclarecer a nossa posição, o porquê da tomada de posição. Porque achávamos e achamos e continuamos a achar que a Câmara deve liderar aquela Empresa, com isto não estamos nem a rasgar o acordo, nem a menosprezar, nem a desvalorizar, nem a confrontar o nosso parceiro privado, aliás estamos sentados à mesa das negociações;

- O Senhor Deputado Reis Silva falou aqui num importante relatório, que foi uma encomenda do Governo, relativamente a quais devem ser as prioridades para a nossa Região. E, a verdade é que olhamos para aquele relatório e obras no Interior zero, vem lá para as calendas gregas, a concretização da linha da Beira Baixa, entre a Covilhã e a Guarda. Dizer-lhe Senhor Deputado que, quer na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, quer na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela tenho elevado a minha voz nesse sentido, tenho falado com quem de direito. Aliás, não posso assegurá-lo, mas há boas perspectivas para que aqui haja uma oportunidade para obras como o IC6, o IC7 e a concretização da Linha possa, eventualmente, vir a ser concretizada mais cedo e no que diz respeito ao IC6 e ao IC7 haver já muito proximamente, estou a falar no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal poder avançar-se já no âmbito da Comunidade Intermunicipal com a parte dessas obras. Mas enfim, estamos numa fase embrionária dessas decisões e espero que aquilo que tenha ouvido a esse propósito e face às reivindicações, minhas e de outros Autarcas da Região, tenham eco e que de facto se comece a fazer justiça com o Interior.

- A estrada Ponte Pedrinha Peraboa é uma eterna questão, quando houver dinheiro, porque não nadamos em dinheiro, não temos os 4 milhões disponíveis de que fala o Senhor Deputado Municipal Paulo Tourais, mas se e quando tivermos dinheiro havemos de resolver esse problema, temos que o resolver e a contento dos interesses das Populações.

- As contas das Empresas vão ser auditadas à semelhança do que acontece com as contas do Município, propriamente dito, também as das Empresas Municipais vão ser auditadas. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel está ou não está disponível o Executivo Camarário do PS a encetar todos os esforços para que de forma serena, responsável, calculada, assegurando os interesses dos Covilhanenses e do Município da Covilhã possa proceder à remunicipalização da totalidade do capital da Empresa Municipal ADC Águas da Covilhã? -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: vontade não me falta, mas não temos capacidade para isso neste momento, onde é que nós temos dinheiro, onde é que nós temos 18,5 milhões de euros para pagar ao nosso parceiro privado? Esta é a posição real, o negócio está feito, temos que cuidar dele de uma forma muito ponderada, muito equilibrada, de maneira a não prejudicar os Covilhanenses, que é aquilo que eles têm sido.

O compromisso de remunicipalizar não deve ser tomado de ânimo leve, uma coisa é a minha vontade pessoal de Cidadão e eu tenho que pensar que não sou só o Cidadão Vítor Pereira, sou o Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e devo defender os interesses dos meus Municípios e sinceramente neste contexto, porque nós estamos numa encruzilhada do ponto de vista da resolução do problema das águas e dos efluentes, qualquer compromisso nesse domínio aqui assumido pode ter outras implicações. Estou sentado à mesa das negociações com o sócio minoritário, com o accionista minoritário da Águas da Covilhã, tenho que ser cauteloso naquilo que faço, naquilo que digo, sempre norteado pela defesa dos interesses dos Covilhanenses. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou, o Senhor Presidente da Câmara, que o Senhor Vereador Dr. Pedro Farromba pediu para usar da palavra e que, de acordo com o Regimento, compete ao Senhor Presidente da Câmara pronunciar-se e numa segunda hipótese a Assembleia. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: "A Lei confere ao Presidente da Câmara a possibilidade de conceder, ou não, a palavra aos restantes Vereadores nas Assembleias Municipais.

Quando eu constatar que há uma matéria relevante em que o Senhor Vereador Pedro Farromba possa e deva intervir pedir-lhe-ei que intervenha. Mas, até ao momento, não vejo que haja nenhuma questão que tenha essa relevância. E, assim sendo, não vejo nenhuma pertinência nessa intervenção. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo apresentou uma Proposta para que o Senhor Vereador Dr. Pedro Farromba use da palavra (*doc.11*). -----

--- Colocada a Proposta à votação, foi a mesma *rejeitada com 19 votos contra (PS e PSD) e 12 votos a favor (Acreditar e CDU)*. -----

Foram feitas Declarações de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Não devemos fazer aos outros aquilo que não gostamos que nos façam a nós!

Como eu já fui impedido de falar nesta Assembleia, quando era Vereador, e o desejava fazer, taparam-me a boca. Infelizmente o Senhor Presidente da Câmara, enquanto Vereador, também lhe calaram a boca e hoje fez-se o mesmo. Penso que não devemos fazer aos outros, penso que devemos ter num futuro próximo mais abertura para ouvir, também, as outras opiniões.” -----

- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes: “O meu sentido de ser contra esta proposta não é, de modo nenhum, o de impedir ninguém nesta casa de poder falar. Trata-se de um precedente que se ia criar, que iria com certeza futuramente criar outro tipo de complicações em termos da execução de trabalhos. E devido, nomeadamente também à pertinência do pedido de esclarecimento em si. E, portanto quero que fique em acta o motivo pelo qual votei contra, não foi pelo facto de querer impedir ou de tornar menos democrática esta casa, pelo contrário.” -----

- O Senhor Dr. Pina Simão: “Eu votei contra porque o que está em cima da mesa, ou o que estava em votação, era a intervenção do Senhor Vereador no âmbito do n.º 4 do artigo 24.º do Regimento. Tendo como certa a possibilidade do Senhor Vereador poder intervir, se houver matéria de defesa da honra ou consideração, no final da reunião nos termos do n.º 5. Não se nota a pertinência da intervenção, nesta fase, do Senhor Vereador. Se houver fundamento para invocar esta matéria em termos de honra ou consideração o Senhor Vereador tem esse direito.” -----

- O Senhor Francisco Moreira: “O nosso voto contra não foi no sentido de colocar qualquer mordaza, somos defensores da liberdade, somos defensores do funcionamento em pleno do Regime Democrático. O nosso voto contra baseou-se somente no facto de esta proposta aparecer, ser apresentada com o sentido oportunista, para que fosse criado aqui um espaço de intervenção que nada tem a ver com o funcionamento desta Assembleia. O argumentário que foi apresentado, nos termos do Regimento, não colhe. O Regimento fala quando for ferida a honra ou a falta de consideração. Não vimos aqui, nos termos do Regimento, que estes dois quesitos tenham sido feridos. Daí o nos voto contra. De futuro, quando haja razões objectivas, nós estaremos de acordo com as intervenções. Porque defendemos, repito, as liberdades, o funcionamento em pleno do Regime Democrático.” -----

- O Senhor Dr. João Bernardo: “Que fique registado que a minha proposta, e foi uma proposta pessoal, surgiu no seguimento de um pedido de intervenção do próprio Vereador, e podem ter a certeza que irá acontecer o mesmo com qualquer outro Vereador que peça a palavra à mesa no âmbito da discussão de qualquer assunto. Se a pediu foi porque foi solicitado para o efeito. Não fui eu que o solicitei nem é oportunista. Quanto à honra e consideração, obviamente, o Dr. Pedro Faromba terá a dele e, portanto, ele se defenderá nessa matéria. Acho que aquilo que poderia ser aportado no âmbito da discussão, dado que se está sempre a referir ao passado, poderia ser útil à discussão e produtivo para todos, peço ao Dr. Vítor Pereira que, também, em face da declaração de voto do Membro da Assembleia, Vítor Reis Silva, que reconsidere a sua posição nesta matéria.” -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “Eu votei a favor porque sou apologista de que todos possam intervir nesta Assembleia. Contrariamente aquilo que vi registar logo no princípio, de que falavam da mordaza, constata-se que aqui, efectivamente, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata se aliaram para colocar uma mordaza.” -----

- O Senhor Dr. Nuno Pedro: “A minha declaração de voto vai no sentido de afirmar que o Vereador terá a oportunidade de expor as suas razões no tempo devido. E como vemos, pela quantidade de declarações de voto, se este expediente continuar a ser utilizado o único propósito que tem é o de protelar o andamento normal dos trabalhos.” -----

- O Senhor Pedro Leitão: “Eu sou, por princípio, defensor do livre arbítrio, da exposição da palavra. Mas não devemos esquecer, aqui, uma coisa: este é o Órgão Deliberativo, não é o Órgão Executivo. E, parto do princípio que, se a Lei vê como excepção um Vereador intervir (e por isso é que propõe que só a mando do Presidente da Câmara ou da Assembleia Municipal é que ele possa intervir), se a Lei prevê essa excepção, então ela deve-se manter, não deve ser banalizada a intervenção dos Vereadores, porque eles têm o lugar próprio para essa intervenção que é o Órgão Executivo, aqui é o Órgão Deliberativo. E eu sendo favorável à liberdade de expressão e que aconteça a democracia, a democracia deve acontecer no âmbito da Lei. Parece-me a mim que o âmbito da lei é que essa seja uma situação extraordinária e não ordinária.” -----

2.2 – PLANO DE PORMENOR DA UOPG 5 – MEDIDAS PREVENTIVAS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5713 de 2013.12.27 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: a Senhora Dra. Mónica Ramôa (*doc.12*), o Senhor Prof. Doutor Rui Miguel (*doc.13*). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Plano de Pormenor da UOPG 5 – Medidas Preventivas – Prorrogação do Prazo*, foi a mesma *aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, Acreditar e PSD) e 4 abstenções (PCP)*. -----

2.3 - NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Na sequência do ofício DOP/2014-78, de 2014.01.29, da Câmara Municipal da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foram presentes à Mesa, duas propostas: uma pelo Grupo Parlamentar do PCP e subscrita pelo Movimento Acreditar Covilhã, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia, denominada por **Lis ta “A”** e outra pelo Grupo Parlamentar do PS, denominada por **Lis ta “B”**:

Lis ta “A” – Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa

Lis ta “B” – Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	41
- Número de votos atribuídos à lis ta “A”	21
- Número de votos atribuídos à lis ta “B”	14
- Número de votos em branco	06

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante a **Senhora Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa**. -----

2.4 - COVIBUS – ACORDO COMPENSATÓRIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Fevereiro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido, para efeitos do solicitado pelo Tribunal de Contas, através do ofício n.º 0549 de 2014.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. Reis Silva e disse: “Estamos, aqui, perante uma PPP Concelhia, onde o concessionário não corre qualquer risco na exploração do seu negócio. Não existem os utentes previstos na utilização do transporte, a Câmara Municipal, ou seja, o povo do concelho paga. É útil e é de interesse público, porque existem utentes, a implementação de um circuito novo, a Câmara Municipal, ou seja, o povo do concelho paga. Existe mais um operador do que o previsto, apesar de já existente, a Câmara Municipal, ou seja, o povo do concelho paga. Pagamos pela concessão, pelos “malandros” dos utentes que não utilizam o transporte, e novos circuitos (o que até é justo, porque não previstos) mas... pagar uma compensação porque existe um outro operador que já existia é que nos parece exagero. A empresa concessionária quando concessionou sabia da existência do outro operador ou alguém... fez promessas que não deveria ter feito??? Uma parceria pressupõe a partilha de vantagens e de desvantagens, de lucros e prejuízos. Nesta, como em outras PPPs Nacionais e Locais, o privado só tem lucro com taxas internas de rentabilidade (TIR) acima dos 10%. Veja-se a imprensa de hoje e a denúncia que o Tribunal de Contas faz sobre os lucros excessivos de privados nas PPP águas. É um negócio de lucro garantido. Nunca existe qualquer risco para o parceiro privado. É necessário renegociar esta PPP. Vamos pagar ou processar quem fez a gestão danosa?” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi um processo herdado em que ser resolvido. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *COVIBUS – Acordo Compensatório*, foi a mesma *aprovada por maioria com 37 votos a favor (PS, Acreditar e PSD), 4 votos contra (PCP) e 1 abstenção (Acreditar)*. -----

2.5 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE DOMINGUISO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Fevereiro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 0547 de 2014.02.17 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Contrato de Delegação de Competências – Junta de Freguesia de Domingos*, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2.6 - ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Fevereiro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 0546 de 2014.02.17 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Francisco Moreira (*doc.14*); o Senhor Prof. Reis Silva referiu que concordam com os critérios, mas não com o procedimento no apuramento, quantificação de áreas e funções existentes, em cada Freguesia. Não concordam q sejam transferidas algumas competências, nomeadamente de controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização, por ausência de serviços técnicos nas Juntas de Freguesia; o Senhor Sílvio Dias (Peraboa) (*doc.15*); o Senhor Dr. João Bernardo referiu que não pode votar favoravelmente este documento porque está errado e tem erros crassos; o Senhor Dr. Paulo Tourais perguntou se é reconhecida a existência erros e a falta de informação neste documento. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: “Este é um trabalho feito entre a Câmara e as Freguesias. Os critérios são os da Lei. Este trabalho foi feito com toda a imparcialidade.

Quando se detectou a falta de informação, que não é culpa da Câmara, já tinha sido elaborado todo o trabalho e já tinham sido feitas as reuniões com todos os Senhores Presidentes de Junta, já estavam definidos os critérios, já estavam quantificados, com a anuência de todos eles.

O refazer de todos esses cálculos, por falta de informação de dois Senhores Presidentes de Junta, por quantias mínimas, implicaria uma demora is um mês ou dois, quando o que se pretende é agilizar e transferir, a partir de Março, as verbas com retroactivos desde Janeiro.

As competências são legais, não fomos nós que as inventámos.

Podemos ajudar e esclarecer, do ponto de vista técnico, os Senhores Presidentes de Junta, na concretização dessas tarefas, dessas competências que lhes são agora transferidas. Não foi a Câmara que transferiu essas co ncias, elas estão consignadas em lei.

Não foi reconhecido nenhum erro, porque não existe nenhum erro. É verdade que não há documentos perfeitos, a perfeição não existe, o óptimo é inimigo do bom.

A verdade é que não ficámos de remediar nenhum erro, porque não foi reconhecido nenhum erro. Há, é este desfasamento entre a informação prestada e a realidade”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Contrato de Delegação de Competências – Junta de Freguesia de Domingos*, foi a mesma *aprovada por maioria com 33 votos a favor (PS, Acreditar e PSD), 6 votos contra (PSD e PCP) e 3 abstenções (Acreditar)*. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Dr. João Bernardo: “Apenas referir que, o meu voto de abstenção se refere às incongruências, às óbvias e manifestas contradições, e aquilo que está a ser aprovado e aquilo que é a realidade do Município e das Freguesias da Covilhã. Por essa razão, não querendo obstaculizar a vida das Freguesias que precisam destes dinheiros para viver e sobreviver, vejo-me obrigado a abster-me viabilizando o mesmo. Mas não concordando com ele, obviamente.” -----

2.7 - ADESÃO À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima icado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 5712 de 2013.12.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

2.8 - ADESÃO À ADERES – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA – SUL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 5714 de 2013.12.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva referiu-se à Estrada Ponte Pedrinha – Peraboa (*doc.16*). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tomou boa nota da sugestão.

--- A Senhora D. Ilda Saraiva colocou questões sobre os problemas existentes no prédio onde reside (*doc.17*). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Senhora D. Ilda que a resolução passa pelo entendimento entre todos os moradores. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,